



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - Goiânia - GO - www.tre-go.jus.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 56/2022

UASG 070023

(Processo SEI nº 22.0.000006641-2)

REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) torna público que fará realizar licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento o menor preço por item, mediante as condições e exigências estabelecidas neste Edital e na forma da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos nº 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993.

Data da sessão: 14/10/2022

Horário: 14:00 (catorze) horas – horário de Brasília

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

1.1 O da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de

materiais de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada por itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3 Em caso de divergência entre as especificações contidas no Sistema Eletrônico de Compras Governamentais e as constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS ITENS

Item	ESPECIFICAÇÃO	UN.	Quant. mínima estimada	Quant. máxima estimada
1	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor preta	un	20	300
2	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor vermelha	un	20	300
3	Espelho para caixa 4"x2" de embutir, para 1 tomada redonda	un	10	200
4	Tomada de sobrepor, PVC, Sistema X, 2P+T, 10A, 250V, padrão NBR14.136	un	10	200
5	Interruptor de 1 seção, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	un	5	20
6	Interruptor de 3 seções, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	un	5	20
7	Tomada plug macho 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou equivalente	un	10	200
8	Tomada plug fêmea 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou	un	10	200

	equivalente			
9	Extensão de tomada elétrica 2P+T: 5 metros, 3 tomadas 10A, NBR 14.136, 250V, bitola (3X#0,75mm ²)	un	10	200
10	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
11	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Amarelo - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
12	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
13	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
14	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
15	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
16	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	m	200	1.000
17	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#2,5mm ²), isolamento 300V	m	50	200
18	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#4,0mm ²), isolamento 300V	m	50	200
19	Cabo PP flexível (2X#2,5mm ²), isolamento 500V	m	200	500

20	Cabo multipolar (3X#2,5mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	m	100	500
21	Cabo multipolar (3X#4,0mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	m	100	300
22	Filtro de linha, 220V, 60Hz, de 5 tomadas NBR 14.136, 10A, chave liga-desliga, LED indicativo, fusível de 10A, cabo de 1 metro - Intelbrás ou equivalente	un	10	50
23	Fita isolante 19mm. Rolo de 20 metros. Espessura de 0,19mm. Isolamento de 750V - 3M 33+ ou equivalente	rolo	10	50
24	Fita isolante auto-fusão 19mm. Rolo de 5m. Isolamento de 750V - 3M, Pirelli ou equivalente	rolo	10	50
25	Lâmpadas LED 9W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 800Lm, ângulo 200º - OSRAM ou equivalente	un	20	400
26	Lâmpadas LED 20W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 1.800Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	un	10	20
27	Lâmpadas LED 30W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 2.400Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	un	10	100
28	Lâmpadas LED 40W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 3.200Lm, ângulo	un	10	150

	270º - OSRAM ou equivalente			
29	Lâmpada LED tubular T8, 9W a 10W, compr. 600mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 900Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente	un	10	50
30	Lâmpada LED tubular T8, 18W a 20W, compr. 1200mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 1.800Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente	un	50	500
31	Soquete T8 para lâmpada fluorescente tubular de base G13, de engate rápido giratório, com base antivibratória	un	20	100
32	Refletor LED, 30W, 2.400Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	un	5	10
33	Refletor LED, 50W, 3.800Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	un	5	20

34	Luminária de emergência, 30 LEDs, 100Lm, , abrangência 25m ² , 220V, 60Hz, bateria lítio de 3,7V e 1A.h - Empalux ou equivalente	un	5	50
35	Luminária de emergência, 2 faróis LED, 1.200Lm, bateria 6V/4A.h, 220V, 60Hz, abrangência 250m ² , IP20 - Segurimax ou equivalente	un	3	25
36	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 50A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10
37	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 40A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10
38	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10
39	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10
40	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	15
41	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25
42	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 20A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA,	un	5	25

	220V/60Hz - Siemens			
43	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 16A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25
44	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 10A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25
45	Relé fotoelétrico 220V, 60Hz, 1000W, 1800VA, com base inclusa - Ambiente externo (resistente a sol e chuva) - MarGirius, Pial, Siemens ou equivalente	un	5	30
46	Pilha alcalina de 1,5V padrão AA, Sony, Panasonic ou equivalente	un	12	50
47	Pilha alcalina de 1,5V padrão AAA, Sony, Panasonic ou equivalente	un	12	50
48	Bateria alcalina padrão de 9V, Sony, Panasonic ou equivalente	un	10	30
49	Cabo CCI-50, 2 pares, cobre estanhado - Ficap ou equivalente	m	100	300
50	Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente	caixa	3	20
51	Patch cord de 1,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor vermelha.	un	10	100

	Furukawa, AMP ou equivalente			
52	Patch cord de 2,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor amarela. Furukawa, AMP ou equivalente	un	10	100
53	Tomada fêmea RJ-45 cat.5E, 568-A, contatos banhados a ouro, presilhas para cabos, Furukawa, AMP ou equivalente	un	50	300
54	Plug macho RJ-45, contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	un	100	300
55	Plug macho RJ-11, 6 vias, 4 contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	un	100	300
56	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 2 Metros	un	10	50
57	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 5 Metros	un	5	25
58	Bomba de vácuo duplo estágio Dosivac 11,5 CFM - Bivolt	un	1	2
59	Kit Manifold com visor Hulter - Mangueira 1/4" 90 cm, com Maleta	un	1	2
60	Jogo de mangueiras para manifold Hulter - 1/4"x5/16" - 90 cm	un	1	2
61	Central de choque cerca elétrica, 10.000 Volts, capacidade para 1.600 metros de fio inox, saídas para sirene e monitoramento, bateria interna de 12V e 7A.h, controle remoto,	un	2	5

	proteção IPX4 - Intelbrás ou equivalente			
--	--	--	--	--

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 O órgão gerenciador será o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

3.2 Não há participantes deste pregão para registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Por não haver excepcionalidade, não se possibilitará adesões de outros órgãos da Administração Pública a ata de registro de preços que se originará deste certame, **conforme acórdão TCU 311/2018 – Plenário.**

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela infraestrutura de chaves públicas brasileiras – ICP-BRASIL.

5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1 A participação neste Pregão é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2018.

6.2 Não poderão participar desta licitação:

6.2.1 Entidades empresariais que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

6.2.2 Impedidos de licitar e contratar com a União;

6.2.3 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Administração Pública;

6.2.4 Entidades empresariais que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.2.5 Proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

6.2.6 Proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

6.2.7 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

6.2.7.1 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

6.2.8 Sociedade estrangeira;

6.2.9 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.10 Cooperativa de mão de obra, conforme disposto no art. 5 da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

6.2.11 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; (OBS: verificar a necessidade de manter este item, caso não esteja prevista a confecção de projeto básico ou executivo pelo licitante vencedor)

6.2.12 Entidades empresariais que tenham entre os seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/GO;

6.2.13 Entidades empresariais que tenham entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal.

6.2.14 Dirigente desta entidade ou responsável pela licitação;

6.2.15 Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

6.2.15.1 As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93 (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de falências).

6.3 A simples participação neste certame implicará:

6.3.1 A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital;

6.3.2 A inclusão na proposta de preços de parcelas de qualquer natureza, diretas ou indiretas, pertinentes à formação dos preços e/ou dos serviços;

6.4 Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir o tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

6.4.1.1 Por se tratar de licitação exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

6.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.4.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.4.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

6.4.6 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.7 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei e neste edital;

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 Os licitantes deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC 123/2006.

7.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

7.9 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário do item;

8.1.2 Valor total do item;

8.1.3 Marca/modelo;

8.1.4 Descrição detalhada do objeto.

8.2 No preenchimento dos campos citados no inciso anterior, não poderão ser registrados elementos que acarretem a identificação do licitante, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.3 O Pregoeiro poderá solicitar que o licitante comprove desempenho, qualidade e produtividade compatível do produto ofertado com a marca de referência mencionada como parâmetro de qualidade exigido, nos termos do Acórdão nº 113/2016 – Plenário, do Tribunal de Contas da União.

8.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante/contratada;

8.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto licitado.

8.6 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema compras governamentais ou de eventual desconexão.

8.7 A apresentação das propostas implica na aceitação de todas as condições deste Edital e na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.9 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, que apresentem elementos que identifiquem o licitante, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

9.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.4 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, e somente estas participarão da fase de lances.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.4 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

10.5 Será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.5.1 O intervalo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de, no mínimo, 3% (três por cento).

10.5.2 A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.5.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.5.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.5.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.6 Em sendo ofertados lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

10.7 Após a etapa de envio de lances, e também quando não houver envio de lances após o início da fase competitiva, haverá, conforme o caso, a aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei 8666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.7.1 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para o envio dos lances.

10.9.1 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.2 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 Encerrada a etapa de lances, como condição prévia para aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br>) se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante classificado em primeiro lugar, relativas ao último exercício, e ao exercício corrente até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, seria suficiente para extrapolar o limite previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

12.1.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme art. 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

12.2 Encerrada a etapa prévia para aceitação da proposta, o licitante melhor classificado será convocado para enviar, por meio de *upload* no sistema, proposta de preços escrita, adequada ao seu último lance ofertado após a negociação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para

o envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

12.2.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação, escrita e justificada, do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido.

12.2.2 A proposta escrita deverá apresentar valores unitários e totais e especificar marca/modelo dos bens, indicar o representante legal que assinará o contrato, informando nome completo, RG e CPF e apresentar endereço do estabelecimento.

12.3 O Pregoeiro examinará a proposta quanto à sua exequibilidade, à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ao máximo estipulado para a contratação neste edital.

12.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRE/GO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.5 Será desclassificada a proposta que:

12.5.1 Não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

12.5.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

12.5.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

12.5.4 Apresente preço unitário superior ao estimado pela Administração ou manifestamente inexequível;

12.5.4.1 Os valores estimados pela Administração estão registrados no Anexo II deste edital.

12.5.4.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.6.1 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.6.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro)

horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 Erros no preenchimento de propostas de preços não constituem motivo para sua desclassificação quando as falhas puderem ser corrigidas sem alteração de sua substância e sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de sua aceitabilidade.

12.9 O não atendimento às diligências para correção ou justificativa de eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro ou para comprovação da exequibilidade dos preços, implicará na desclassificação da proposta.

12.10 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas em Lei e neste instrumento convocatório.

12.11 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.12 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 SICAF;

13.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

13.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

13.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

13.1.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição daquelas especificadas nos itens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

13.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

13.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF)**, relativamente aos documentos por ele abrangidos, **quanto à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes desse sistema, nos termos do § 2º do artigo 26 do Decreto 10.024/2019.**

13.5.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, **ou encaminhar, concomitantemente à apresentação da proposta no sistema, a respectiva documentação atualizada.**

13.5.1.1 O descumprimento implicará a inabilitação do licitante, exceto se em consultas a sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, feita pelo Pregoeiro, este lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

13.6 Para fins de habilitação, ressalvado o disposto no item 13.5, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:

13.6 Habilitação jurídica:

13.6.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.6.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

13.6.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.6.1.4 No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.6.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.6.1.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão

expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Instrução Normativa DREI nº 10, de 05/12/2013;

13.6.1.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971;

13.6.2 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.6.3 Regularidade fiscal e trabalhista:

13.6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

13.6.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

13.6.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.6.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.6.4 O licitante detentor do menor preço NÃO ESTÁ DISPENSADO DA APRESENTAÇÃO da documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, devendo apresentá-la mesmo que esteja com alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.6.4.1 A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, sendo-lhe, nessa situação, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.4.1.1 O prazo previsto poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.6.4.1.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste

Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

13.6.5 Qualificação Econômico-Financeira:

13.6.5.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio.

13.6.5.1.1 Se a certidão tratada no subitem anterior não indicar seu prazo de validade, será considerada vigente pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

13.6.5.1.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

13.6.6 Qualificação técnica:

13.6.6.1 Comprovação de aptidão para fornecimento de material em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com item pertinente por meio da apresentação de atestado/declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.6.6.1.1 O atestado/declaração apresentado deverá conter identificação do licitante (razão social e CNPJ), identificação do responsável pela emissão da declaração (nome e telefone).

13.6.6.1.2 O licitante disponibilizará, caso sejam solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação.

13.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sendo-lhe estabelecido prazo razoável para o envio, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de inabilitação.

13.7.1 Não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação daqueles já apresentados.

13.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.9 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.10 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

13.12 Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.13 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

14. DOS RECURSOS

14.1 Declarado o vencedor, **e depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso**, será concedido prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, com indicação das decisões contra as quais pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.1.1 Registrada intenção de recurso, caberá ao Pregoeiro decidir sobre sua admissibilidade, fundamentadamente, mediante avaliação quanto à presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 2627/2013-Plenário, item 9.4).

14.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2 Admitido o recurso, o recorrente terá prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo para apresentação das razões do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir o recurso impetrado contra sua decisão e, caso não a reconsidere, fazê-lo subir, devidamente informado ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, a quem caberá a decisão final.

14.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

15.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, ou anteriores a esta, ou mesmo à anulação da própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

17.1.2 A assinatura da Ata de Registro de Preços se dará de forma digital por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

17.1.2.1 Caso seja inviável a assinatura por meio digital, a Administração poderá encaminhar o instrumento para assinatura da Adjudicatária/Beneficiária da Ata, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência,

quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

17.3 Caso o licitante vencedor, ao qual o objeto desta Licitação tenha sido adjudicado, recuse-se a assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e em lei, serão convocadas as empresas remanescentes, na ordem de classificação no certame competitivo.

18. DA NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, para se ultimar a contratação, ao fornecedor registrado será encaminhada nota de empenho de despesa, ou instrumento equivalente (carta contrato/autorização de fornecimento).

18.1.1 Caso o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços se recuse a receber a nota de empenho da despesa, ou instrumento equivalente, serão convocados os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e demais cominações legais àquele fornecedor

18.1.1.1 Equipara-se à recusa em receber a nota de empenho, ou documento equivalente, a falta de manifestação do fornecedor registrado, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento daquele documento.

18.1.2 A nota de empenho da despesa, ou instrumento equivalente, terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei 8.666/1993.

18.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público, bem como para verificar a manutenção de sua regularidade fiscal e trabalhista.

18.3 A empresa beneficiária da ata obriga-se a fornecer o objeto licitado nas condições estabelecidas neste edital e na ata de registro de preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

19. DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

19.1.1 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista neste item, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

20. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

20.1 Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.

21. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas, o que ocorrer primeiro.

22. DOS ENCARGOS

22.1 Caberá ao TRE/GO, além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo a este Edital:

22.1.1 Prestar as informações que venham a ser solicitadas pelo licitante/fornecedor beneficiário da ata;

22.1.2 Comunicar ao licitante vencedor/fornecedor beneficiário da ata quaisquer alterações relativas ao objeto deste Pregão.

22.1.3 Cumprir todas as obrigações contratadas e efetuar o pagamento dentro de 10 (dez) dias úteis contados do ateste da nota fiscal.

22.2 Caberá aos licitantes, ao fornecedor beneficiário da ata e à Contratada, além das obrigações previstas no Termo de Referência, anexo deste Edital, ou decorrentes da natureza do ajuste:

22.2.1 Elaborar documentação condizente com as exigências deste Pregão para que não haja conflito de disposições, o que ocorrendo, prevalecerá o disposto neste instrumento licitatório;

22.2.2 Cumprir os prazos e demais condições previstas neste Edital e seus anexos;

22.2.3 Arcar com as despesas decorrentes da não observância das condições constantes deste instrumento licitatório, bem como de infrações praticadas por seus funcionários, ainda que no recinto do TRE/GO;

22.2.4 Assumir a responsabilidade pelo pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

22.2.5 Manter, durante a execução do objeto deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

22.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

22.2.7 Responder por quaisquer danos causados ao TRE/GO por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

22.2.8 Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas

dependências do Contratante.

22.3 Deverão, os licitantes e a Contratada observar também o seguinte:

22.3.1 É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TRE-GO durante a execução do fornecimento, objeto da licitação;

22.3.2 É vedada a contratação para a função de chefia, de empregados que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012, nos termos do seu art. 4º;

22.3.3 É proibida a veiculação de publicidade acerca deste Pregão Eletrônico, salvo se houver prévia autorização da Administração do TRE-GO.

22.3.4 Não poderão ser cedidos os créditos, nem sub-rogados direitos e obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços a terceiros.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (Anexo I).

24. DO PAGAMENTO E DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

24.1 O pagamento será realizado, após o recebimento definitivo, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados do ateste do respectivo documento fiscal, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada.

24.2 O prazo para o ateste é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do documento fiscal respectivo.

24.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

24.3.1 Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

24.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para tal finalidade.

24.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.6 Constatando-se a situação de irregularidade fiscal da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

24.6.1 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

24.6.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.6.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.

24.6.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

24.6.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada que esteja em situação de irregularidade fiscal.

24.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.7.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem a retenção citada ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	

TX = Percentual da taxa anual = 6%

25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

25.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

25.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

25.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

25.3 A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

25.4 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do mesmo diploma.

25.5 Quando da homologação do certame, o Diretor-Geral do TRE/GO convocará, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, os fornecedores aptos a comporem o Cadastro de Reserva.

25.6 O prazo mínimo para convocação dos licitantes aptos a comporem o Cadastro de Reserva será de 24 (vinte e quatro) horas contadas do horário da convocação.

25.7 O Portal de Compras do Governo Federal encaminhará e-mail a todos os fornecedores com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado desconsiderando margem de preferência.

25.8 O e-mail deverá conter, além da identificação da licitação/item, a quantidade que será fornecida pelo fornecedor (obtida da proposta do fornecedor), o preço e a data/hora fim do Cadastro de Reserva.

25.9 Será lavrada ata do cadastro de reserva que ficará disponível para consulta no sítio www.gov.br/compras.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 Ao licitante, ao Beneficiário da Ata e à Contratada, garantida a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

26.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor global estimado ou contratado e demais cominações legais, nos seguintes casos:

26.1.1.1 Apresentar documentação falsa;

26.1.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

26.1.1.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto do certame ou da contratação;

26.1.1.4 Não manter a proposta;

26.1.1.5 Não assinar a Ata de Registro de Preços;

26.1.1.6 Não aceitar nota de empenho ou documento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

26.1.1.7 Falhar ou fraudar a licitação ou a execução da contratação;

26.1.1.8 Cometer fraude fiscal;

26.1.1.9 Comportar-se de modo inidôneo.

26.1.1.9.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP, e o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

26.2 Ao Beneficiário da Ata e à Contratada, garantida a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:

26.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/GO;

26.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO), por prazo não superior a 02 (dois) anos;

26.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

26.2.4 Multa moratória de 0,666 (zero vírgula seiscentos e sessenta e seis por cento) sobre o valor global estimado ou contratado, por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento).

26.2.5 Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor estimado ou contratado, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.

26.2.5.1 Em caso de inexecução parcial a multa compensatória será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

26.2.5.2 Configura-se inexecução total do objeto, o inadimplemento injustificado de obrigação contratual que não mais poderá ser cumprida pelo fornecedor, seja por não mais existir utilidade para o Contratante, seja por outros motivos apurados conforme o caso concreto.

26.2.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.3 As sanções referidas neste capítulo também se aplicam aos integrantes

do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

26.4 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

26.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, a não reincidência da infração, a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva, bem como a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

26.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26.7 As multas, aplicadas após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, serão descontadas das faturas emitidas pela Contratada.

26.8 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DA RESCISÃO CONTRATUAL

27.1 A inexecução total ou parcial do objeto do ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar sua rescisão e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

27.2 A rescisão contratual poderá ser:

27.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do TRE/GO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993;

27.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o TRE/GO; ou

27.2.3 Judicial, nos termos da legislação.

27.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27.4 Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27.5 Ao TRE-GO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 daquela lei.

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl-lista@tre-go.jus.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

28.1.1 A impugnação não terá efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do seu recebimento.

28.1.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação

28.1.3 Acolhida a impugnação, será definida nova data para a realização do certame.

28.2 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl-lista@tre-go.jus.br.

28.2.1 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

28.3 Os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão divulgados pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

29. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

29.1 O licitante vencedor deverá cumprir, no que couber, as determinações contidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010.

30. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

30.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.2 Este Tribunal reserva-se no direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa faltante às penalidades legais cabíveis.

31.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

31.4 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

31.5 Será lavrada ata dos trabalhos desenvolvidos a qual ficará disponível no Portal de Compras do Governo Federal, podendo ser visualizada por meio do link <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>

31.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

31.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.9 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

31.10 Até a emissão da nota de empenho, o licitante vencedor poderá ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o TRE/GO tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica, administrativa, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

31.11 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

31.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

31.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.14 A obtenção do Edital poderá ser feita, por meio da internet, nos sítios: www.tre-go.jus.br e www.gov.br/compras, sendo possível a realização de *download* de todos

os arquivos pertinentes.

31.15 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.16 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

31.17 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou de normas infralegais, prevalecerá as deste Edital.

31.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

31.18.1 ANEXO I – Termo de Referência

31.18.2 ANEXO II – Planilha Estimativa de Preços;

31.18.3 ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

32. DO FORO

32.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Goiânia/GO, Seção Judiciária de Goiás, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo as exceções previstas no art. 109, inc. I, da Constituição Federal.

Goiânia, 15 de setembro de 2022.

BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO

Presidente da CPL

TRE/GO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência SEMSE/CEIN/SAO nº 04/2022

1 – Especificação do Objeto:

1.1 Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo para manutenção predial das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, observadas as especificações contidas no presente Termo de Referência.

2 – Justificativa:

2.1 A necessidade das manutenções prediais decorre do desgaste natural das instalações elétricas, lógicas, de ar-condicionado e outras instalações das edificações. Com a correta manutenção, mantém-se a segurança e usabilidade das edificações. O objetivo principal da aquisição dos produtos é dispor de material apropriado para viabilizar a manutenção predial nas edificações da Justiça Eleitoral de Goiás, mantendo assim a qualidade e a segurança das instalações.

3 - Fundamentação da Contratação:

3.1 Os bens a serem adquiridos são considerados de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente passíveis de definição por meio de especificações usuais de mercado, e portanto poderão ser adquiridos através da modalidade de licitação denominada Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, no modo de disputa aberto, observando os dispositivos legais, notadamente a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e a Instrução Normativa nº 05/2017 /SEGES/MPDG, assim como as demais normas legais e regulamentares. O modo de disputa escolhido objetiva a maior competitividade.

3.2 A seleção do fornecedor será firmada através de registro de preços, com forma de entrega parcelada e com possibilidade de variação dos quantitativos. A ata de registro de preços terá validade de 12 meses contados da data de sua assinatura, e não vincula a Administração Pública à aquisição da quantidade total dos bens licitados.

4 - Alinhamento Estratégico da Contratação:

4.1 O fornecimento assegurado pela presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do TRE-GO (Objetivos Estratégicos e Iniciativas), Objetivo Estratégico 1: Garantir os direitos da cidadania - Iniciativas: “Melhorar a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral”, na medida em que a ação viabiliza recursos e otimiza sua gestão, aplicação e alocação a fim de suprir necessidades de infraestrutura e colaborar para o implemento de prioridades institucionais.

5 – Meta a ser alcançada:

5.1 Atender as exigências de manutenção e conservação predial, propiciando condições de conforto, segurança e continuidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Goiás.

6 – Descritivo Detalhado do Objeto:

6.1. As especificações (com indicações de CATMAT), assim como os quantitativos mínimos e máximos para a aquisição dos materiais estão constantes no ANEXO I (doc. 293970) a este Termo de Referência.

6.2. As mercadorias descritas deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento.

7 – Condições para o Fornecimento:

7.1. Local de entrega: Edifício Sede do TRE-GO (Anexo I), localizado na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, nº 300, Setor Central, CEP 74.003-010, Goiânia-GO, aos cuidados da Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos (SEMSE).

7.2. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos – SEMSE, pelo telefone (62) 3920-4265, no horário das 12h00 às 18h00, ou por e-mail, semse-lista@tre-go.jus.br, com pelo menos três dias úteis de antecedência.

7.3 Os materiais deverão ser entregues no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** depois da entrega da nota de empenho ou outro documento que formalize a demanda.

7.4. O Contratante recusará o recebimento das mercadorias em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

7.5 No caso de recusa dos produtos entregues, por parte da fiscalização, por não atendimento das especificações, a Contratada fica obrigada a providenciar a substituição do material dentro de 15 (quinze) dias corridos.

8 – Qualificações da Contratada:

8.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/2018.

9 – Garantias contratuais:

9.1 Dispensadas;

10 – Critérios de Aceitação:

10.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas, lacradas, na caixa original do produto, com suas especificações visíveis pelo lado externo da sua embalagem. Somente serão aceitos produtos que atendam as especificações detalhadas neste Termo.

10.2. No caso de recusa dos produtos entregues, por parte da fiscalização, por

não atendimento das especificações, a Contratada fica obrigada a providenciar a substituição do material dentro de 15 (quinze) dias corridos.

10.3. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os produtos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á descumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas.

10.4. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência.

10.5. Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS e COFINS, e fretes.

10.6. Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados.

11 – Critérios de Sustentabilidade:

11.1. Em relação às lâmpadas (itens 25 a 30, e itens 32, 33, 34 e 35), exige-se o fornecimento de lâmpadas de tecnologia LED, que têm consumo menor do que outras tecnologias (fluorescente, incandescente, etc.) e altíssima eficiência energética.

11.2. Em relação aos outros materiais, como se tratam de mercadorias com marca e modelo específico (ou equivalente, de características praticamente similares), não se exige;

12 - Respeito à legislação vigente:

A contratada responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

13 – Fiscalização do Contrato:

13.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratante, devidamente designado para esse fim.

14 – Obrigações da Contratante:

14.1. Para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, a Contratante se compromete a:

14.1.1 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

14.1.2 Proporcionar à Contratada as condições necessárias para que esta possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória;

14.1.3 Recusar o(s) produto(s) que esteja(m) em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

14.2 Pagamento:

14.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal, desde que a Contratada esteja em dia com suas obrigações fiscais e atenda a todas as exigências contidas no contrato;

15 – Obrigações da Contratada:

15.1 Comunicar à Administração do Órgão qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados e manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação;

15.2 Assumir a responsabilidade por encargos fiscais e comerciais resultantes de contratação;

15.3 Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas e quaisquer ônus decorrentes da execução do objeto contratado.

15.4 Cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa;

15.5 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato;

15.6 Não subcontratar no todo ou em parte o objeto contratado;

15.7 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço físico e endereço eletrônico (e-mail), sob pena de infração contratual;

15.8 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16 – Da proposta:

16.1 Os proponentes deverão apresentar proposta na forma de “preço unitário”, na qual deverão estar inclusos os itens descritos no objeto do Contrato.

16.2. Deverão estar incluídas na proposta todas as despesas legais incidentes direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive ICMS, PIS, COFINS e fretes.

16.3. Na proposta deverão estar inclusos, ainda, os valores referentes a quaisquer materiais e serviços indispensáveis à execução do objeto, inclusive aqueles que porventura não estejam aqui identificados .

16.4. A proposta deverá conter, ainda, o prazo de entrega e de garantia dos produtos e as especificações de todos os materiais utilizados.

17 – Fonte de Recursos Orçamentários e Plano Anual de Contratações:

17.1 A presente solicitação de aquisição consta no Plano Anual de Contratações deste exercício, mas o valor previsto não é suficiente para suprir tal demanda nos quantitativos máximos. Para o bom prosseguimento do feito, sugere-se caso a Administração entenda necessário, autorização da Diretoria-Geral para complementação da demanda no PAC 2022, conforme o Art. 9º da Portaria Pres. n. 318/2019.

O aumento na demanda deveu-se à inclusão do Edifício Ialba-Luza às edificações utilizadas pelo TRE-GO, além das demandas de manutenção acumuladas ocorridas na época da pandemia de Covid-19.

18 – Estimativa de Preços de Mercado: R\$ 21.585,97 (vinte e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos) para aquisição da quantidade mínima, podendo chegar a R\$ 131.390,58 (cento e trinta e um mil, trezentos e noventa e cinquenta e oito centavos) para a aquisição da quantidade máxima.

19 - Demais informações: as dúvidas relacionadas a este Termo de Referência deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos do TRE-GO – SEMSE, por escrito pelo endereço eletrônico: semse-lista@tre-go.jus.br.

20 – Local e Dados da Solicitação:

Goiânia, 14 de junho de 2022.

Marcus da Silva Carneiro

Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos

Matrícula nº 5081130

Alano Rodrigo Leal

Chefe da Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos

matrícula nº 5089565

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Especificações e quantitativos dos materiais requeridos para manutenção das edificações da Justiça Eleitoral de Goiás					
Item	ESPECIFICAÇÃO	UN.	Quant. mínima estimada	Quant. máxima estimada	CATMAT
1	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor preta	un	20	300	395883
2	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor vermelha	un	20	300	395884
3	Espelho para caixa 4"x2" de embutir, para 1 tomada redonda	un	10	200	546117
4	Tomada de sobrepor, PVC, Sistema X, 2P+T, 10A, 250V, padrão NBR14.136	un	10	200	395746
5	Interruptor de 1 seção, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	un	5	20	212360
6	Interruptor de 3 seções, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	un	5	20	212365
7	Tomada plug macho 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou equivalente	un	10	200	421483
8	Tomada plug fêmea 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou equivalente	un	10	200	418903
9	Extensão de tomada elétrica 2P+T: 5 metros, 3 tomadas 10A, NBR 14.136, 250V, bitola (3X#0,75mm ²)	un	10	200	329185
10	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483315

11	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Amarelo - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483314
12	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483320
13	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483319
14	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483321
15	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483325
16	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	m	200	1,000	483324
17	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#2,5mm ²), isolamento 300V	m	50	200	322926
18	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#4,0mm ²), isolamento 300V	m	50	200	351686
19	Cabo PP flexível (2X#2,5mm ²), isolamento 500V	m	200	500	322926
20	Cabo multipolar (3X#2,5mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	m	100	500	351684
21	Cabo multipolar (3X#4,0mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	m	100	300	340252
22	Filtro de linha, 220V, 60Hz, de 5 tomadas NBR 14.136, 10A, chave liga-desliga, LED indicativo, fusível de 10A, cabo de 1 metro - Intelbrás ou equivalente	un	10	50	290290

23	Fita isolante 19mm. Rolo de 20 metros. Espessura de 0,19mm. Isolamento de 750V - 3M 33+ ou equivalente	rolo	10	50	446916
24	Fita isolante auto-fusão 19mm. Rolo de 5m. Isolamento de 750V - 3M, Pirelli ou equivalente	rolo	10	50	226941
25	Lâmpadas LED 9W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 800Lm, ângulo 200º - OSRAM ou equivalente	un	20	400	451495
26	Lâmpadas LED 20W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 1.800Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	un	10	20	441136
27	Lâmpadas LED 30W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 2.400Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	un	10	100	448671
28	Lâmpadas LED 40W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 3.200Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	un	10	150	454051
29	Lâmpada LED tubular T8, 9W a 10W, compr. 600mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 900Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente	un	10	50	469643

30	Lâmpada LED tubular T8, 18W a 20W, compr. 1200mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 1.800Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente	un	50	500	479282
31	Soquete T8 para lâmpada fluorescente tubular de base G13, de engate rápido giratório, com base antivibratória	un	20	100	402150
32	Refletor LED, 30W, 2.400Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	un	5	10	470262
33	Refletor LED, 50W, 3.800Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	un	5	20	470263
34	Luminária de emergência, 30 LEDs, 100Lm, , abrangência 25m ² , 220V, 60Hz, bateria lítio de 3,7V e 1A.h - Empalux ou equivalente	un	5	50	426453
35	Luminária de emergência, 2 faróis LED, 1.200Lm, bateria 6V/4A.h, 220V, 60Hz, abrangência 250m ² , IP20 - Segurimax ou equivalente	un	3	25	406216
36	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 50A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10	416380

37	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 40A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10	416379
38	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10	416383
39	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	un	2	10	424914
40	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	15	375016
41	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25	358770
42	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 20A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25	416369
43	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 16A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25	399554
44	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 10A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	un	5	25	416360
45	Relé fotoelétrico 220V, 60Hz, 1000W, 1800VA, com base inclusa - Ambiente externo (resistente a sol e chuva) -	un	5	30	375203

	MarGirius, Pial, Siemens ou equivalente				
46	Pilha alcalina de 1,5V padrão AA, Sony, Panasonic ou equivalente	un	12	50	241539
47	Pilha alcalina de 1,5V padrão AAA, Sony, Panasonic ou equivalente	un	12	50	246685
48	Bateria alcalina padrão de 9V, Sony, Panasonic ou equivalente	un	10	30	322757
49	Cabo CCI-50, 2 pares, cobre estanhado - Ficap ou equivalente	m	100	300	372699
50	Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente	caixa	3	20	304159
51	Patch cord de 1,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor vermelha. Furukawa, AMP ou equivalente	un	10	100	335301
52	Patch cord de 2,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor amarela. Furukawa, AMP ou equivalente	un	10	100	312024
53	Tomada fêmea RJ-45 cat.5E, 568-A, contatos banhados a ouro, presilhas para cabos, Furukawa, AMP ou equivalente	un	50	300	318595
54	Plug macho RJ-45, contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	un	100	300	295662

55	Plug macho RJ-11, 6 vias, 4 contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	un	100	300	234771
56	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 2 Metros	un	10	50	406488
57	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 5 Metros	un	5	25	337803
58	Bomba de vácuo duplo estágio Dosivac 11,5 CFM - Bivolt	un	1	2	445956
59	Kit Manifold com visor Hultel - Mangueira 1/4" 90 cm, com Maleta	un	1	2	450770
60	Jogo de mangueiras para manifold Hultel - 1/4"x5/16" - 90 cm	un	1	2	473300
61	Central de choque cerca elétrica, 10.000 Volts, capacidade para 1.600 metros de fio inox, saídas para sirene e monitoramento, bateria interna de 12V e 7A.h, controle remoto, proteção IPX4 - Intelbrás ou equivalente	un	2	5	367888
Goiânia, 14/06/2022					
Engº Eletricista Marcus da Silva Carneiro CREA nº 905065/D-SP					
Seção de Manutenção Predial e Sistemas Elétricos Matrícula nº 5081130					

ANEXO II - DO EDITAL
PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	QTD	Preço	Preço total
------	-----------	-----	-----	-------	-------------

		MÍNIMA	MÁXIMA	unitário estimado	estimado (por item)
1	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor preta	20	300	R\$ 8,22	R\$ 2.466,00
2	Tomada de embutir, 2P+T, circular, NBR 14.136, 10A, 250V, com haste, cor vermelha	20	300	R\$ 7,96	R\$ 2.388,00
3	Espelho para caixa 4"x2" de embutir, para 1 tomada redonda	10	200	R\$ 5,32	R\$ 1.064,00
4	Tomada de sobrepor, PVC, Sistema X, 2P+T, 10A, 250V, padrão NBR14.136	10	200	R\$ 23,89	R\$ 4.778,00
5	Interruptor de 1 seção, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	5	20	R\$ 9,99	R\$ 199,80
6	Interruptor de 3 seções, simples, de embutir, com suporte e espelho para caixa 4"x2"	5	20	R\$ 23,15	R\$ 463,00
7	Tomada plug macho 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou equivalente	10	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
8	Tomada plug fêmea 3 pinos NBR. 14.136, 10A, 250V, Pial ou equivalente	10	200	R\$ 5,33	R\$ 1.066,00

9	Extensão de tomada elétrica 2P+T: 5 metros, 3 tomadas 10A, NBR 14.136, 250V, bitola (3X#0,75mm ²)	10	200	R\$ 41,92	R\$ 8.384,00
10	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 2,62	R\$ 2.620,00
11	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Amarelo - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 2,62	R\$ 2.620,00
12	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 2,62	R\$ 2.620,00
13	Cabo flexível #2,5mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 2,62	R\$ 2.620,00
14	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Azul - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 3,82	R\$ 3.820,00
15	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Vermelho - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 3,82	R\$ 3.820,00
16	Cabo flexível #4,0mm ² - LSHF 70°C - 750 V - Certif. INMETRO - Verde - Pirelli ou equivalente	200	1.000	R\$ 3,82	R\$ 3.820,00

17	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#2,5mm ²), isolamento 300V	50	200	R\$ 4,12	R\$ 824,00
18	Cabo paralelo flexível, branco, (2X#4,0mm ²), isolamento 300V	50	200	R\$ 8,96	R\$ 1.792,00
19	Cabo PP flexível (2X#2,5mm ²), isolamento 500V	200	500	R\$ 5,51	R\$ 2.755,00
20	Cabo multipolar (3X#2,5mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	100	500	R\$ 7,94	R\$ 3.970,00
21	Cabo multipolar (3X#4,0mm ²), isolação 750V, XLPE, EPR, LSHF ou HEPR - Pirelli ou equivalente	100	300	R\$ 12,34	R\$ 3.702,00
22	Filtro de linha, 220V, 60Hz, de 5 tomadas NBR 14.136, 10A, chave liga-desliga, LED indicativo, fusível de 10A, cabo de 1 metro - Intelbrás ou equivalente	10	50	R\$ 43,46	R\$ 2.173,00
23	Fita isolante 19mm. Rolo de 20 metros. Espessura de 0,19mm. Isolamento de 750V - 3M 33+ ou equivalente	10	50	R\$ 25,95	R\$ 1.297,50
24	Fita isolante auto-fusão 19mm. Rolo de 5m. Isolamento de 750V - 3M, Pirelli ou equivalente	10	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
25	Lâmpadas LED 9W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio	20	400	R\$ 9,09	R\$ 3.636,00

	5000K a 6.500K, 800Lm, ângulo 200º - OSRAM ou equivalente				
26	Lâmpadas LED 20W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 1.800Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	10	20	R\$ 21,19	R\$ 423,80
27	Lâmpadas LED 30W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 2.400Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	10	100	R\$ 32,44	R\$ 3.244,00
28	Lâmpadas LED 40W, tipo bulbo, rosca E-27, 220V, 60Hz, Branco Frio 5000K a 6.500K, 3.200Lm, ângulo 270º - OSRAM ou equivalente	10	150	R\$ 46,86	R\$ 7.029,00
29	Lâmpada LED tubular T8, 9W a 10W, compr. 600mm, temperatura de cor 5000K a 6500K, cor branca neutra, 900Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente	10	50	R\$ 14,87	R\$ 743,50
30	Lâmpada LED tubular T8, 18W a 20W, compr. 1200mm, temperatura de cor 5000K a 6500K,	50	500	R\$ 22,78	R\$ 11.390,00

	cor branca neutra, 1.800Lm ou superior, 220V, 60Hz, Base G13, conexão unilateral, fator de pot. 0,92 ou mais, IRC 80 ou mais, ângulo de abertura 120º ou mais, th=25.000h, selo INMETRO, 2 anos de garantia - LED Superstar, OSRAM ou equivalente				
31	Soquete T8 para lâmpada fluorescente tubular de base G13, de engate rápido giratório, com base antivibratória	20	100	R\$ 2,09	R\$ 209,00
32	Refletor LED, 30W, 2.400Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	5	10	R\$ 51,71	R\$ 517,10
33	Refletor LED, 50W, 3.800Lm, luz branca 5000K a 6500K, 120º 220V, 60Hz, vida útil 30.000h, IP66, OSRAM ou equivalente	5	20	R\$ 74,85	R\$ 1.497,00
34	Luminária de emergência, 30 LEDs, 100Lm, , abrangência 25m², 220V, 60Hz, bateria lítio de 3,7V e 1A.h - Empalux ou equivalente	5	50	R\$ 17,57	R\$ 878,50
35	Luminária de emergência, 2 faróis LED, 1.200Lm, bateria 6V/4A.h, 220V, 60Hz, abrangência 250m², IP20 - Segurimax ou	3	25	R\$ 186,28	R\$ 4.657,00

	equivalente				
36	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 50A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	2	10	R\$ 81,05	R\$ 810,50
37	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 40A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	2	10	R\$ 78,71	R\$ 787,10
38	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	2	10	R\$ 79,55	R\$ 795,50
39	Disjuntor termomagnético tripolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 380V/60Hz - Siemens	2	10	R\$ 79,56	R\$ 795,60
40	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 32A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	5	15	R\$ 11,32	R\$ 169,80
41	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 25A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	5	25	R\$ 11,67	R\$ 291,75

42	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 20A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	5	25	R\$ 11,12	R\$ 278,00
43	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 16A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	5	25	R\$ 11,28	R\$ 282,00
44	Disjuntor termomagnético unipolar - DIN - 10A - Curva C - Capacidade de interrupção 3kA, 220V/60Hz - Siemens	5	25	R\$ 11,25	R\$ 281,25
45	Relé fotoelétrico 220V, 60Hz, 1000W, 1800VA, com base inclusa - Ambiente externo (resistente a sol e chuva) - MarGirius, Pial, Siemens ou equivalente	5	30	R\$ 33,24	R\$ 997,20
46	Pilha alcalina de 1,5V padrão AA, Sony, Panasonic ou equivalente	12	50	R\$ 4,29	R\$ 214,50
47	Pilha alcalina de 1,5V padrão AAA, Sony, Panasonic ou equivalente	12	50	R\$ 3,50	R\$ 175,00
48	Bateria alcalina padrão de 9V, Sony, Panasonic ou equivalente	10	30	R\$ 19,98	R\$ 599,40
49	Cabo CCI-50, 2 pares, cobre estanhado - Ficap ou equivalente	100	300	R\$ 1,54	R\$ 462,00

50	Cabo UTP 4 pares #24 AWG, Categoria 5-E, caixa com 305 metros, Furukawa, AMP ou equivalente	3	20	R\$ 748,67	R\$ 14.973,40
51	Patch cord de 1,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor vermelha. Furukawa, AMP ou equivalente	10	100	R\$ 18,04	R\$ 1.804,00
52	Patch cord de 2,5 m, Categoria 5-E, com conector macho RJ-45/RJ-45, EIA/TIA 568-A, com capa de proteção e certificação. Cor amarela. Furukawa, AMP ou equivalente	10	100	R\$ 18,90	R\$ 1.890,00
53	Tomada fêmea RJ-45 cat.5E, 568-A, contatos banhados a ouro, presilhas para cabos, Furukawa, AMP ou equivalente	50	300	R\$ 14,53	R\$ 4.359,00
54	Plug macho RJ-45, contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	100	300	R\$ 0,66	R\$ 198,00
55	Plug macho RJ-11, 6 vias, 4 contatos banhados a ouro, Furukawa, AMP ou equivalente	100	300	R\$ 0,43	R\$ 129,00
56	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 2 Metros	10	50	R\$ 10,19	R\$ 509,50

57	Extensão de Telefone Rj11, 6 vias, 4 fios, 5 Metros	5	25	R\$ 19,01	R\$ 475,25
58	Bomba de vácuo duplo estágio Dosivac 11,5 CFM - Bivolt	1	2	R\$ 1.354,66	R\$ 2.709,32
59	Kit Manifold com visor Hultner - Mangueira 1/4" 90 cm, com Maleta	1	2	R\$ 173,65	R\$ 347,30
60	Jogo de mangueiras para manifold Hultner - 1/4"x5/16" - 90 cm	1	2	R\$ 63,95	R\$ 127,90
61	Central de choque cerca elétrica, 10.000 Volts, capacidade para 1.600 metros de fio inox, saídas para sirene e monitoramento, bateria interna de 12V e 7A.h, controle remoto, proteção IPX4 - Intelbrás ou equivalente	2	5	R\$ 258,81	R\$ 1.294,05
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 131.343,52

ANEXO III - DO EDITAL**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Nº XX/XXXX**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS (TRE/GO), órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o nº 05.526.875/0001-45, com sede na Praça Cívica, nº 300, Centro, nesta Capital, neste ato representado por seu Diretor-Geral, xxxxxxxxxxxx, RG

nº xxxx, expedido por xxxx, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, forma eletrônica, nº XX/XXXX, publicada no DOU de xx/xx/xx, processo administrativo nº XXXXXX, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx conforme especificações, condições e prazos constantes do Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX e seus anexos, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

2.1 É beneficiária desta Ata de Registro de Preços, a sociedade empresária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, representada por seu xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, RG xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, expedido por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

3. DOS QUANTITATIVOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Os quantitativos e os preços registrados no presente instrumento são os seguintes:

DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	V. T
xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xx>

3.2 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

4.1 O órgão gerenciador desta ata será o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS.

4.2 Não há participantes deste registro de preços.

5. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Por não haver excepcionalidade, não se possibilitará adesões de outros órgãos da Administração Pública a ata de registro de preços que se originará deste certame, **conforme acórdão TCU 311/2018 – Plenário.**

6. DA NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado a contratar, sendo-lhe enviada nota de empenho ou instrumento equivalente (carta contrato/autorização de fornecimento).

6.2 A empresa beneficiária quando convocada ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados pelo órgão gerenciador e pelos partícipes, se houver, durante a validade desta ata de registro de preços.

6.3 Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa beneficiária obriga-se a fornecer os bens registrados conforme especificações e demais condições contidas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX e seus anexos e na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

6.4 Quando a empresa beneficiária da Ata se recusar a receber a nota de empenho seu registro será cancelado nos termos do artigo 20, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.4.1 Nesse caso, serão convocadas as demais empresas registradas no cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, conforme o disposto no art. 11, IV, § 1º, do Decreto 7.892/2013.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 Constituem obrigações do TRE/GO, além das especificadas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX e seus anexos:

7.1.1 Gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, da empresa registrada, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo aos quantitativos definidos no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX;

7.1.2 Notificar a empresa registrada para retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente;

7.1.3 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a verificar se os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados;

7.1.4 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços registrados e à aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação às suas próprias contratações.

7.2 Constituem obrigações da empresa beneficiária da Ata, além das discriminadas no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX e seus anexos:

7.2.1 Assinar esta Ata e retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, nos prazos determinados no Edital do Pregão Eletrônico TRE-GO nº XX/XXXX e seus anexos;

7.2.2 Manter, durante a vigência deste instrumento, as condições de habilitação exigidas no edital do certame que lhe deu origem;

7.2.3 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

7.2.4 Manter atualizados seus dados e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail, dentre outros.

8. VALIDADE DA ATA

8.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados da data de sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas, o que ocorrer primeiro, não podendo ser prorrogada.

9. DO CONTROLE E DAS REVISÕES DOS PREÇOS

9.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

9.1.1 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista neste item, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

10.1.1 A pedido do Beneficiário, quando:

10.1.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

10.1.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do fornecedor beneficiário ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do TRE/GO.

10.1.2 Por iniciativa do TRE/GO, quando:

10.1.2.1 O Beneficiário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.1.2.2 O Beneficiário perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

10.1.2.3 Por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

10.1.2.4 O Beneficiário não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

10.1.2.5 O Beneficiário recusar-se a retirar/receber as respectivas notas de empenho (ou instrumento equivalente) decorrente desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2.6 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

10.1.2.7 O Beneficiário sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

10.1.2.8 Houver atraso injustificado na prestação do fornecimento contratado, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao TRE/GO;

10.1.2.9 Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o TRE/GO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

10.2 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será encerrada automaticamente:

10.2.1 Quando não restarem fornecedores registrados.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Edital do Pregão TRE-GO nº XX/XXXX.

11.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (§ 1º do art. 6º do Decreto nº 7.892/2013).

11.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no edital do Pregão TRE/GO nº XX/XXXX e no Termo de Referência que lhe é anexo.

12.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

12.3 Esta Ata não obriga o TRE/GO a firmarem contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições.

12.4 A empresa registrada nesta ata declara estar ciente de suas obrigações para com o TRE/GO, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX e seus anexos, que passam a fazer parte da presente ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins, independentemente de transcrição.

12.5 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 11, §4º do Decreto nº 7.892/2013.

12.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma), que, depois de lida e achada em ordem, foi assinada pela partes.

(datado e assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor-Geral do TRE/GO

(datado e assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio Administrador (ou procurador) da empresa xxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **BENEDITO DA COSTA VELOSO FILHO, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 16/09/2022, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0359266** e o código CRC **D861DF13**.

22.0.000006641-2

0359266v3